

comércio que mais cresceram foram comércio de alimentos, farmácias, armarinhos e papelarias e lojinhas de roupa.

Quando consideramos a participação dos recursos da Previdência (aposentadorias, pensões e auxílios doença), o montante aumenta ainda mais. Os benefícios do INSS totalizaram R\$ 32,706 milhões em 2003, passando para R\$ 63,083 milhões em 2008, variando 118% - isso representou, em média, R\$ R\$ 5,314 milhões por mês. O volume de gastos com pessoal da Prefeitura Municipal ultrapassou os R\$ 77,400 milhões de reais em 2008, o que representou, em média, mais de R\$ 6 milhões por mês. Somente entre 2004 e 2008, a variação com despesa com pessoal alcançou o índice de 159,38%. Somando a participação INSS, Prefeitura Municipal e setor privado formal (R\$ 8 milhões), conclui-se que a massa salarial de Timon saltou de R\$ 61,417 milhões para R\$ 148 milhões no período considerado. Esse é um dado preocupante, pois o peso dos salários da prefeitura e do INSS representaram mais de 94% do total. É grave porque são dois setores considerados economicamente improdutivos, ou seja, a participação do setor produtivo (capaz de gerar mais empregos e tributos) é somente de 6% na massa salarial da cidade.

Permitir o desenvolvimento econômico, a partir de setores improdutivos, produz migração de

capital e concentração de renda, provocando o aumento da miséria e da pobreza. Pode-se concluir isso verificando os dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), que descrevem o perfil dos pobres e miseráveis em Timon. Segundo o MDS, a estimativa de miseráveis e pobres na cidade é de 26 mil famílias (70% do total de famílias - mais ou menos 100 mil pessoas), sendo 24 mil cadastradas no Programa Bolsa Família. Mensalmente, em média, mais de 19 mil famílias ou 76 mil pessoas são beneficiadas. Esse é um número assustador, considerando que a estimativa populacional de Timon para 2009 é de 150.335 pessoas - uma massa de cidadãos e cidadãs sem emprego e que sobrevivem da ajuda do governo.

Não oferecer oportunidades de trabalho para um indivíduo é violar sua condição como ser humano. O homem se realiza pelo trabalho, pois encontra sua dignidade, garantindo bem-estar para si e sua família. É urgente que se estabeleçam estratégias de geração de emprego e renda na cidade Timon, caso contrário, esse círculo vicioso alimentado por setores improdutivos irá conduzir a cidade para um desequilíbrio social sem precedentes. É importante salientar também que o fenômeno se repete em vários municípios do Nordeste ●

**\*Professor do DECON-UFPI, Mestre em Economia pela Universidade Federal do Ceará.**

## O TRABALHO LIVRE NAS FAZENDAS PASTORIS ESCRAVISTAS DO PIAUÍ\*

por Solimar Oliveira Lima\*\*

Passados os primeiros séculos da ocupação, o Piauí enfrentaria o século XX desejoso dos “avanços da modernidade”. Embora ainda persistissem terras desocupadas, a paisagem do território refletia a consistente presença humana dispersa na frágil zona urbana e consolidadas áreas rurais. O acanhamento das cidades seguia a tendência histórica dos espaços criados para reduzida vida produtiva e forte representação dos poderes religioso, administrativo e fiscal. À exceção da capital, recém-criada no início da segunda metade do XIX, e duas ou três outras ao norte e ao sul, as cidadelas continuavam fortemente vinculadas ao estilo dos domínios dos

currais. Contudo, o Piauí, em rigor, não era mais o sertão do gado, mas a sociedade insistia em mostrar suas marcas do criatório, “logo nestes tempos que [deixava] na história as tristes páginas da escravidão”. Quase às vésperas da República, autoridades propagavam o “desenvolvimento por vir” e ressaltavam os dias em que a sociedade era assentada nos braços da “honra e trabalho”.

Os antigos senhores fazendeiros lamentavam a “existência de uma gente sem austeridade do trabalho, preferindo uma sina de intranquilidade”. Certamente, a libertação dos escravizados trouxera a necessidade de novos arranjos de relações, mas as reclamações recaíam, com vigor, sobre os

trabalhadores historicamente livres. Brancos pobres parecem ter, conjunturalmente, resistido à presença dos novos trabalhadores livres no mercado. Curiosamente, a pobreza embranquecida parecia relegar os decantados parceiros de outrora, frente à presumida disputa e concorrência por pequenos lotes - como moradores -, ínfimos salários e proteção coronelista. Também pareciam demonstrar “em seus propósitos” fadiga pela histórica exploração e insegurança das relações que faziam destes brancos livres os mais próximos dos negros escravizados.

Os imediatos anos pós-libertação revelaram, entretanto, que a nova condição jurídica dos libertos legou quase nada além da liberdade. A maioria permanecera onde sempre estivera. Presos às propriedades pelos grilhões das novas relações sociais, continuaram trabalhadores sob o domínio da submissão e favores. Seguiram na labuta dos serviços e tarefas sob o jugo do trabalho não remunerado e de jornadas que se estendiam “enquanto houvesse força”. Seguiram, também, labutando lado a lado com os antigos companheiros de extenuantes jornadas, os brancos pobres historicamente livres.

Na leitura do passado escravista, a historiografia clássica piauiense ensaiou uma visão de labuta destes trabalhadores, também partilhada com os senhores. Escravizadores saíam cavalgando na imensidão das matas e sob sol abrasador, juntamente com escravizados, numa relação de companheirismo e ajuda mútua.

Nesta bucólica e romântica concepção, certamente caberiam longas prosas, causos, trocas de farinha, carne seca e rapadura. Sendo, pois, o melhor amigo do senhor, o escravizado portava-se com a mansidão necessária à harmonia das fazendas e da riqueza senhorial. A humanização do escravizado por esta historiografia velou as diferenças e conflitos na relação e ainda excluiu das páginas a massa de trabalhadores brancos pobres livres.

O trabalhador livre existente na fazenda pastoril, para esta historiografia, era aquele adequado aos propósitos da produção e da acumulação senhorial. O pobre livre, branco, aparece como símbolo do desbravamento, da prosperidade e da mobilidade social. Estes homens haviam seguido os destemidos senhores aos confins, enfrentaram e dizimaram populações indígenas, demarcaram as terras a ferro e fogo e tornaram-se vigias das propriedades, incluindo ali os gados, escravizados

e “o mais necessário”. Estes trabalhadores inseridos na ordem vigente da ocupação e pecuária receberiam a alcunha de vaqueiro, não apenas pela lida do gado, mas pela relação de confiança e

exercício diuturno do controle social.

Ser preposto da ordem dominante não era, certamente, função para qualquer um. Exigia-se intimidade com a casa principal, ainda que poucos ultrapassassem os batentes e soleiras. O vínculo se fortalecia na estratégia ideológica manipulada pela elite para manter os vaqueiros em estado de disciplina, exploração e submissão. As relações de trabalho pré-capitalistas funcionavam como amortecedores de pressão social entre vaqueiro e proprietário. Assim, através de recursos como “quarta” ou “quinto” [vaqueiros recebiam de acordo com as crias produzidas por ano], estabelecia-se a possibilidade de ascensão social, fazendo com que, na realidade, poucos, de fato, fossem convertidos, pelo trabalho realizado, à categoria de proprietário.

A mobilidade exigia um acúmulo contínuo de rezes e acesso à terra. Estas exigências acarretaram dois processos na zona de pastoreio piauiense, levando a uma intervenção mais segura da elite e governo. O primeiro foi o enriquecimento ilícito de alguns vaqueiros, com desvio e furto de animais e escravizados; situação comum nas propriedades públicas. O estado possuía, até 1871, propriedades divididas em três inspeções ou departamentos. O segundo fez aumentar a pressão sobre a terra, uma vez que, juntamente com outros prepostos da elite, passaram a reivindicar propriedades, estabelecendo-se sérios conflitos pela terra.

É certo que poucos foram os vaqueiros que se tornaram senhores. Entre esta camada de homens brancos, pobres e livres, predominaria uma relativa massa de despossuídos que encontravam abrigo no seio da estrutura reservada aos escravizados e libertos. Cabe ressaltar que, no sertão pastoril, os “machos” nasciam para ser vaqueiros e inseriam-se na lida, em regra, aos sete anos. Homens de diferentes condições jurídicas enfrentavam a labuta e partilhavam as mesmas tarefas nas fazendas. Estes, sim, eram companheiros de sol a sol, embora - como toda relação social, na sociedade escravista - vivessem em permanente tensão.

Fontes disponíveis no Arquivo Público do Piauí indicam que não procede a divisão de trabalho entre escravizados e livres nas fazendas, como

apontou Tanya Brandão em “O escravo na formação social do Piauí”. Não havia tarefas mais propícias a um que a outro; os livres não faziam as tarefas consideradas mais leves e os negros as mais pesadas. A autora afirma, por exemplo, que os livres eram mais afetos à lida com os animais no campo e que os escravizados encontravam-se nas tarefas consideradas de infraestrutura ao pastoreio. Contudo, é certo que em todas as tarefas requeridas pela fazenda pastoril podia-se encontrar livres e escravizados labutando juntos. Podia-se mesmo encontrar um ou outro negro escravizado na função de vaqueiro encarregado da fazenda, assim como os poucos brancos.

Homens livres e escravizados partilhavam as jornadas com mulheres escravizadas, abrindo caminhos entre as matas e caatingas para que o gado se deslocasse pelos campos, chegasse a reservas naturais de água e fosse conduzido com segurança às fazendas e currais. O vaquejador, às vezes, conduzia o gado a um manancial aberto pelas trabalhadoras e trabalhadores, onde os animais podiam beber em pequenas aguadas, cacimbas ou açudes. Mulheres também se juntavam aos homens livres e escravizados nas tarefas de construção de cercas e currais. Os homens livres e escravizados contavam ainda com a ajuda das mulheres nos serviços de amansar animais, adestrando poldros e cavalos para os serviços de campo, transporte de pessoal e cargas, bem como bois para serem empregados em carros. Também costumavam, ambos os sexos, ser responsáveis por manter os animais presos nos currais [curradeiras e curraleiros], cuidando de bicheiras [feridas com vermes, bichos], alimentando e fornecendo água em tanques, especialmente quando se tratava de bezerros para desmama.

Branco livres pobres e escravizados, especialmente crianças, eram peadores, tangedores e guias. Os peadores atuavam nos campos próximos às aguadas e pastos. O trabalho consistia em prender as patas - geralmente as dianteiras - dos cavalos, éguas e poldros com peias, uma espécie de algema feita com cordas ou couro trançado, que permitia pouca locomoção. Guiar animais requeria destreza e conhecimento dos campos. O trabalho dos meninos era restrito às cercanias das fazendas a que pertenciam, diferindo de guias adultos que estendiam o raio de atuação a outras fazendas e a tropeadas com destino a feiras. Os guias, juntamente com outros

vaqueiros, tinham também a função de evitar arrancos [partidas súbitas] ou desgarramentos [desvio de rumo] dos animais. É crível que a tarefa de guia se confundisse, na prática, com a de tangedor, que auxiliava nos deslocamentos dos animais, tocando-os com varas e aboiadas [cantos para guiar bois].

Uma importante função do pastoreio era a comercialização dos animais através das tropeadas. Gado *vacum* e cavalos eram transportados por longas distâncias para alcançar o mercado regional. Para as cercanias de Salvador, levava-se, em média, 47 dias - tomando-se como referência uma saída de Oeiras, a antiga capital. Nas tropeadas estavam presentes trabalhadores escravizados [tangedores, guias e cargueiros], vaqueiro passador [normalmente, criador responsável pela fazenda] e trabalhadores livres. Estes trabalhadores eram, em regra, “alugados” [recebiam remuneração específica pela atividade] e quase sempre libertos ou identificados como índios.

Os trabalhadores libertos e indígenas configuram uma categoria específica na intrincada tessitura escravista, quando se trata de relações de trabalho. Em que pese uma condição associada à liberdade, estes trabalhadores dispunham de reduzida possibilidade de inserção diferenciada no contexto do trabalho. Tal constatação é regra para os ex-escravizados. Para os trabalhadores “índios”, percebe-se, pela política de dizimação e posterior aldeamento, uma adequação ainda mais marginal e subordinada, uma vez que sua inserção dava-se extremamente aleatória. Outras inserções destes trabalhadores são referidas em fontes onde os mesmos aparecem - em todas as manuseadas - como alugados para “serviços de transporte” - em regra, de animais e cargas. É crível também que outras atividades foram desenvolvidas por estes trabalhadores; contudo, a suposta intimidade com matas e caminhos faz parecer que eles eram requisitados trabalhadores para uso na circulação de mercadorias e pessoas.

Nas fazendas, especialmente as maiores, o trabalho não se limitava às atividades requeridas pelo pastoreio. Os trabalhadores eram responsáveis pelas mais variadas tarefas necessárias ao estabelecimento da fazenda como unidade produtiva diversificada. Assim, livres e pobres estavam nos roçados e fabricação de farinha. No plantio e corte de cana, nas moendas e alambiques, na fabricação de açúcar e aguardente.

Também era comum trabalhadores livres, libertos e escravizados desenvolvendo serviços considerados especializados, como o de carpinteiro, marceneiro, ferreiro e pedreiro.

Os trabalhadores livres estavam tão adequados às paisagens das fazendas como os escravizados. Contudo, a condição jurídica de livres, sem dúvida, no trato diário, impunha limites diferenciados à exploração nos moldes aos quais estavam submetidos diretamente os escravizados. A frouxidão das relações, em que pese os mecanismos de controle dos trabalhadores livres, fez surgir - desde sempre - uma articulada campanha, em relatos e discursos, que impunha uma pecha a estes de vadios e desonestos. Em geral, aqueles que se negavam a capitular por ideologia ou necessidade aos ditames da ordem

servil constituída eram meticulosamente combatidos, nas falas e práticas. Para estes personagens, ficou reservada na sociedade coeva, a marginalização social e perseguições policiais; na contemporânea, o esquecimento ●

**\*Este texto resulta da pesquisa em andamento “A produção pastoral no Piauí, no Mato Grosso do Sul e no Rio Grande do Sul, de 1780 a 1930: um estudo comparado”, coordenada pelo Prof. Dr. Mário Maestri/UPF e financiada pelo CNPq.**

**\*\*Professor do DECON-UFPI e dos Programas de Pós-Graduação em História e em Políticas Públicas. Doutor em História/PUCRS.**

## RESENHA - UMA GOTA DE SANGUE: história do pensamento racial

por Vicente Gomes\*

MAGNOLI, Demétrio. *Uma gota de sangue: história do pensamento racial*. São Paulo: Contexto, 2009. 400 p.

Demétrio Magnoli, sociólogo, professor da Universidade de São Paulo (USP), integrante do Grupo de Análises de Conjuntura Internacional da USP, especializou-se nas áreas de Relações Internacionais e Geografia Política. Dentre outros, escreveu “O Corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)” e organizou as obras “História das Guerras” e “História da Paz”.

Em 1924, o estado americano da Virgínia promulgou a Lei de Integridade Racial, que é considerada a mais célebre das leis antimiscigenação dos EUA. Essa lei estabelecia que qualquer americano branco que casasse com alguém que tivesse “uma única gota de sangue” não branco estava na ilegalidade. Esse fato inspirou o título do extraordinário livro “Uma Gota de Sangue”, lançado recentemente, no qual Demétrio Magnoli apresenta a história do pensamento racial, desde o século XVIII.

O relato sobre o pensamento racial é denso e amplo, revelando matizes e aspectos que só uma crítica rigorosamente sistemática pode realizar. Caso você esteja interessado em saber sobre as raízes eugenistas das escaramuças que levaram ao nazismo, leia o livro. Se você quer saber sobre as raízes do regime de *apartheid* construído na África do Sul, faça o mesmo. Agora, se você quer se informar sobre a gênese e as características do preconceito contra os negros americanos, o livro também informa.

Igualmente, o livro revela minúcias das estratégias de fundações filantrópicas (às quais poderíamos chamar de “novos aparelhos ideológicos”, no sentido althusseriano), como a Fundação Ford, na disseminação e patrocínio da ideologia multiculturalista junto aos programas de pós-graduação das universidades americanas, na sua exportação para todo o mundo, bem como na cooptação de lideranças ativistas. O multiculturalismo é apontado pelo autor como uma nova tentativa de fundamentação ideológica da divisão da humanidade em famílias separadas por diferenças pretensamente inatas.